

SETE ENSAIOS À PROCURA DOS SUJEITOS

Edison Bariani Júnior*

Chegado em momento oportuno, *República do capital* aventura-se a interpretar a conjuntura recente e o processo político brasileiro, trazendo à tona uma relegada tradição, a saber, a de ousar analisar o presente sem as facilidades do olhar retrospectivo, debatendo-se com as questões prementes da realidade brasileira.

Mas até que ponto uma interpretação da realidade política brasileira, baseada num marxismo de viés althusseriano e lapidado pelas formulações de Poulantzas, pode resistir à poeira do tempo e à carga da crítica (bem ou mal informada e intencionada)? Este é um dos desafios com os quais o livro de Décio Saes defronta-se.

Constituído de artigos publicados em diversas revistas, entre 1988 e 1999, o livro aborda problemas latentes que afligiram (e afligem) a sociedade brasileira no último decênio: desde o problema da 'redemocratização' ao final do regime militar até a recente investida neoliberal, passando pela caracterização de Estado, classes sociais e populismo.

A preocupação metodológica - relacionando capitalismo e processo político - dá o tom geral das análises e, primordialmente, busca uma alternativa crítica ao que o autor considera como interpretações conservadoras que se utilizam de "elementos trans-históricos": as que afirmam a crônica debilidade da sociedade civil diante do Estado no Brasil, o peso determinante da "formação ibérica", de um "caráter nacional brasileiro" ou de uma "cultura política brasileira". A tais visões o autor opõe uma concepção metodológica alicerçada numa "teoria materialista da história, que encara a totalidade social como uma articulação de estruturas: a econômica e a jurídico-política", concretizando-se por meio de

¹ Mestrando em Sociologia - Faculdade de Ciências e Letras - Unesp - 14800-901 - Araraquara - SP.

aparelhos ou instituições, por sua vez empenhados no cumprimento de funções (p. 8).

Num dos ensaios, "Florestan Fernandes e a revolução burguesa no Brasil", o autor usa desse instrumental para proceder à crítica do já clássico livro do sociólogo uspiano (*A revolução burguesa no Brasil*) e, reverenciando a coerência interna da obra, formula uma crítica "externa" às considerações de Florestan.

Basicamente, censura em FF a ausência de uma revolução política no processo da revolução burguesa, o que marcaria a ruptura necessária à concretização desta; em vez disso, segundo ele, "Fernandes sugere de modo desarrazoado a existência de um *elo de continuidade* entre: a) o funcionamento de uma economia de mercado fundada em relações sociais pré-capitalistas; b) a generalização da relação capital-trabalho assalariado, correspondente a relações sociais radicalmente novas" (p. 21); tal processo, desconsiderando a urgência dessa ruptura - uma "*revolução antiescravista*" - estaria caracterizado como "uma revolução sem massas".

Desse modo, contesta o protagonismo - atribuído por Florestan - aos personagens do "fazendeiro-homem de negócios" e do "imigrante", nas distintas fases da revolução burguesa; para Saes, retomando sua análise da constituição do Estado burguês, seriam outros os sujeitos e os momentos cruciais do processo:

O processo de transformação burguesa do Estado se fez por etapas: extinção legal da escravidão (1888), reorganização do aparelho de Estado (proclamação da República em 1889, Assembléia Constituinte em 1889/1891). A classe média foi a *força dirigente* do processo de transformação, no seu conjunto; já os escravos rurais foram a *força principal* da primeira etapa, abandonando depois a cena política. Desde então, a classe média acumulou os papéis de *força dirigente* e *força principal*. (SAES, 1985, p. 346)

Afirma assim o protagonismo de outras classes e contesta a disseminada tese na qual a burguesia é sempre o sujeito da revolução burguesa.

Investe ainda contra a análise de FF no sentido de caracterizar essa revolução como "processo de difusão da racionalidade na economia e na sociedade" (p. 9), asseverando que a visão racional com relação a fins não é atributo exclusivo da burguesia e do capitalismo mas estaria presente em outras classes e épocas.

Se as afirmações pontuais de Florestan são problematizadas, por outro lado, há uma incorporação e/ou simetria em considerações metodológicas de abordagem dos interesses e ações nos processos históricos. Em "A questão da transição do regime militar à democracia", Décio Saes critica a posição do historiador "teleológico", que pleiteia "a concepção segundo a qual todo processo tem um sujeito, que o domina de uma ponta (início) à outra (resultado final)" (p. 45), opondo a ela uma "análise morfológica" dos acontecimentos.

Essa visão consiste em conceber qualquer luta política (entre classes ou frações) como um processo cujo resultado final deve necessariamente corresponder à intenção inicial de um dos agentes. Para os que nutrem essa visão, a análise política deve se voltar, antes de mais nada, para a caracterização da *intencionalidade* ou da *finalidade* do processo. Uma vez detectada a motivação que parece funcionar como o motor do processo, empreende-se a análise das formas políticas, mas numa perspectiva distinta daquela por nós adotada: vale dizer, parte-se para uma *leitura sintomal*, cujo objetivo é buscar os indícios da presença, ao longo do processo analisado, da intenção motriz. Isso significa que a análise morfológica, bem como os esquemas teóricos que a viabilizam, são jogados para o segundo plano, desempenhando um papel subsidiário no conjunto da análise política, (p. 44-5)

Alerta para o fato de que uma fração hegemônica no bloco do poder não impõe sempre seus objetivos táticos aos adversários - podendo sofrer derrotas -, assim como pode haver, no curso das lutas, revisões por parte de uma fração (ou classe) a respeito desses mesmos objetivos táticos com relação aos seus planos iniciais.

Já no início de *A revolução burguesa no Brasil*, Florestan advertia:

A tradição dominante em nossa historiografia conduziu os melhores espíritos a uma espécie de 'história oficial' singularmente desprendida de intenções interpretativas e, em particular, muito sujeita a converter os móveis declarados e as aspirações ideais conscientes dos agentes históricos em *realidade histórica* última, tão irredutível quão verdadeira em si mesma. (FERNANDES, 1987, p. 15)

Todavia, mais do que problematizar a relação sujeito-intenção-resultado, Saes envereda por uma abordagem "do processo político em termos de *processo sem sujeito*" (p. 47, itálicos nossos), nos quais as estruturas determinam a amplitude e os móveis das ações, e, os projetos, as formas de atuação, a consciência, os resultados e as conseqüências são sempre circunstanciais, localizados, precários; reflexos de estruturas ou efeito de funções; os processos perdem dimensão histórica profunda e só se efetivam em ações "táticas", pois o resultado estratégico, "enquanto a Revolução [socialista] não for vitoriosa - [corresponde] objetivamente aos interesses de apenas uma das partes: a burguesia" (p. 46).

Se as atuações dos grupos sociais se dão taticamente, 'no varejo', o que explicaria a inquestionável coerência histórica com que as classes dominantes em particular - e as outras em geral - articulam seus interesses e constróem suas visões de mundo?

Se o resultado estratégico do processo político já está dado de antemão - a vitória da burguesia -, para que o desgaste inútil em ações táticas? Se só a revolução pode redimir os homens, por que se preocupar com as migalhas da história? De um lado, os embates são circunscritos e os projetos são circunstanciais, de outro, só a megalomania revolucionária é digna de esperança. Parece que faltam as mediações necessárias que ligam o conjuntural ao estrutural, as lutas 'menores' e localizadas às grandes mudanças históricas, os interesses 'econômicos' aos objetivos políticos, que convertem o atual em possível e o possível em real. E os sujeitos, se não fazem a história ao seu bel-prazer, também não a fazem automaticamente, mecanicamente, maximizando imediatamente 'interesses econômicos'; se não possuem consciência do sentido profundo que imprimem a esta, é inquestionável que são eles que a fazem, e fazem-na de modo a implementar não somente seus interesses imediatos mas também seus anseios mais exaltados, mais 'improváveis', pois só a história mostrará quão improváveis eles podem ser. Ou não.

Também de Florestan advém a lição:

Parece que as coisas não poderiam transcorrer de outra maneira (...) Entretanto, usar a história como expediente para explicar a limitação das ações humanas não é uma boa regra de método, pois são os homens que criam a história socialmente. (FERNANDES, 1987, p.180)

Enfrentar essas questões, sem apelo aos modismos que exalam 'atualidade' e às facilidades dos lugares-comuns globalizantes, é uma característica da obra, o que não é pouco nesses tempos em que a coerência, mais que uma obrigação, tornou-se um mérito.

SAES, Décio. **República do capital; capitalismo e processo político no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2001.

Referências

- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- SAES, Décio. **A formação do Estado burguês no Brasil**: (1888-1891). Rio de Janeiro: [S.n.], 1985. (Estudos brasileiros, 86).